



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639062 - MG (2021/0004483-6)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : LARISSA LORRAYNE ALVES DE JESUS E OUTROS
ADVOGADOS : GLAUBER HENRIQUE PEREIRA DE PAIVA - MG136690
LARISSA LORRAYNE ALVES DE JESUS - MG193621
RAISSA APARECIDA GUIMARAES JANUARIO - MG178738
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ANDERSON GERALDO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANDERSON GERALDO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.570964-5/000).

O paciente foi preso em flagrante por suposta prática do crime previsto no art. 35 da Lei n. 11.343/2006. A prisão em flagrante foi convertida em prisão preventiva.

A impetrante sustenta a ausência dos requisitos para a manutenção da prisão preventiva. Aduz que o paciente é pessoa primária, de bons antecedentes, genitor de 2 filhos, sendo um deles menor de dois anos de idade, é possuidor de trabalho lícito e tem residência fixa. Alega ainda que não foi apreendido nenhum material ilícito na posse direta do paciente.

Requer, liminarmente, a imediata liberdade provisória do paciente, com a expedição de alvará de soltura, para que este possa responder processo em liberdade, ainda que se apliquem as medidas estabelecidas no art. 319 do CPP. Subsidiariamente, pleiteia a concessão de prisão domiciliar com fulcro na Recomendação CNJ n. 62/2020.

No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus*

contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente